



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de Comendador Gomes, no uso de suas atribuições legais, tona público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada.

1

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 9/2026

PROCESSO Nº. 0021499

MODALIDADE. DISPENSA ELETRONICA 9/2026

TIPO. Menor Preço item

FORMA: ELETRONICA

**OBJETO:** REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS DE serviços de ASSESSORIA, TECNICO PARA LANÇAMENTO SISTEMICO DOS REGISTROS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO NO SISTEMA DE CONTROLE MUNICIPAL (SICOM) COM GERAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO MENSAL DO ARQUIVO POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

**PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 15 de MAIO de 2026 às 12h00min até 20 de MAIO de 2026 às 07h59min.

**DATA DA SESSÃO:** 20 de MAIO de 2026 às 08h00min

**FIM DA SESSÃO:** 20 de MAIO de 2026 as 14h00min.

**LOCAL:** Plataforma do portal LICITANET - [WWW.LICITANET.COM.BR](http://WWW.LICITANET.COM.BR)

O processo de dispensa de licitação obedecerá ao disposto na lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e decreto nº 1541 de 29 de dezembro de 2023. As informações encontra-se no site do município [www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br) e Plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: [licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br).

Comendador Gomes, 15 de MAIO de 2026.

ANDRE LUIZ NEGRÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO  
Responsável pela Demanda



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE ELETRONICA

2

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0021499/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2026

CRITERIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM

**PREÂMBULO** - Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Comendador Gomes, por meio da Secretaria Municipal de Administração realiza Dispensa Eletrônica, com critério de menor PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 1541 e demais legislações aplicáveis.

#### LOCAL E DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 15 de MAIO de 2026 às 12h00min até 20 de MAIO de 2026 às 07h59min.

**DATA DA SESSÃO:** 20 de MAIO de 2026 às 08h00min

**FIM DA SESSÃO:** 20 de MAIO de 2026 às 14h00min.

#### LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE PROCESSO.

DE segunda-feira A sexta-feira, horário das 07h00min as 13h00min no setor de Licitações ou pelo e-mail [licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br).

#### PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

1. Para participar desta Dispensa Eletrônica Nº 9/2026, o licitante devera manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
2. Poderão participar desta dispensa eletrônica empresas interessadas em contratar com o Município de Comendador Gomes/MG, que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto a plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), em atividade econômica compatível com o objeto licitado, que sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes.
3. A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura das propostas dar-se por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa da Dispensa Eletrônica nº 9/2026.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa Eletrônica. O uso da senha de acesso pelo licitante e de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal de Comendador Gomes/MG, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
5. Os valores deverão estar expressos em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado.
6. Cada representante credenciado poderá representar apenas um participante.
7. Não poderão participar desta Dispensa quem não atendam as condições deste Aviso/edital de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3

#### DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Dispensa Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto a plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).
2. O sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao município ou ao site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a Dispensa Eletrônica.
5. A participação na Dispensa Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, documentos de habilitação e, quando for o caso, seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
6. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Dispensa Eletrônica nº 9/2026.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

7. O licitante devesse declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitaria o licitante as sanções legais;
8. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;
9. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao 49 da Lei Complementar no 123/2006.
10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §o da Lei Complementar no 123/ 2006.

4

#### **0 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso/edital de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, ETP assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

quantidades e qualidades adequadas a perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:
10. A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
11. O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, quando couber;
12. O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

5

#### DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA/ FASE DE LANCES

1. A partir das 08h00min. da data estabelecida neste Aviso/edital de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso/edital.
2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
3. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total/unitário do item/lote, mediante, forma de disputa estabelecida, neste edital e na plataforma.
4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso/edital de Contratação Direta.
6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta e de R\$ 0,01 (HUM CENTAVO).
7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação

11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6

#### DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto a adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
6. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - I. Contiver vícios insanáveis;
  - II. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso/edital ou em seus anexos;
  - III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso/edital ou seus anexos, desde que insanável.
9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - I. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha





## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

- II. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
10. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerara o seguinte:
  - I. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso/edital de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
  - II. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
16. Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, se iniciara a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso/edital de contratação Direta.

#### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados, por meio de chave de acesso e senha, conforme, relação, a seguir, em até 02 hora, após a solicitação do Agente Público/Agente de Contratação/Pregoeiro, via sistema.
18. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
19. **A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** será comprovada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes, ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- b) Certidão de Regularidade para com o FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal (sítio: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br));
- c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União incluindo débitos da Previdência Social INSS ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943. ([www.tst.gov.br/certidao](http://www.tst.gov.br/certidao));
- e) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual, do domicílio/sede da licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, do domicílio/sede da licitante;
20. **A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada, mediante a:
- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata e/ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida pela Internet, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias corridos da data da sessão, deste certame. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento;
- b) Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão de Recuperação Judicial, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento





## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

#### 21. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR

- a) A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) Microempreendedor Individual (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante a apresentação de certidão da Junta Comercial do domicílio ou outro documento hábil compatível
- b) Deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, por ocasião do certame, mesmo que apresente restrição.
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial correspondera ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- d) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicara decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a contratação direta.
- e) Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- f) Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- g) Como condição previa ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - h) a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - i) b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

Justiça

([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

- j) c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “h”, “i” e “j” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

- k) E dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Documentos de Habilitação para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- l) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Aviso/edital de contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- m) Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso/edital de contratação Direta.
- n) Na hipótese de o fornecedor não atender as exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda as especificações do objeto e as condições de habilitação.

## 22. DA CONTRATAÇÃO

- a) Após a adjudicação e a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- b) O adjudicatário terá o prazo de 3 (TRES) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso/edital de contratação Direta.
- c) O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- d) O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida a empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

- I. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei no 14.133, de 2021;
  - II. contratada se vincula a sua proposta e as previsões contidas no Aviso/edital de contratação Direta e seus anexos.
- e) Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso/edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11

#### 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a. **ADVERTENCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos/serviços, que venham ou não causar dano a Administração ou a terceiros.
- b. **DECLARACAO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
  - I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
  - II. Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

#### 24. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a. O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município (<https://www.comendadorgomes.mg.gov.br/>) e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).
- b. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - I. Republicar o presente Aviso/edital com uma nova data;
  - II. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas.
- c) Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

- d) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- e) Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- f) Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- g) Integram este Aviso/edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

ANEXO IV- DADOS PARA ASSINATURA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### ANEXO - I

DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INC. II da Lei 14.133/2021.

#### TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13

REFERÊNCIA AO DFD Nº: 011472026

#### 1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO E PRAZO CONTRATUAL

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnico-administrativa para o lançamento sistêmico dos registros de manutenção da frota de veículos do Município de Comendador Gomes/MG no Sistema de Controle Municipal (SICOM), com geração e disponibilização mensal do arquivo CVC, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. O objeto da contratação enquadra-se como serviço comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e compatíveis com as exigências do SICOM, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação em Razão do Valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação não supera o limite legal vigente de R\$ 59.904,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quatro reais) para outros serviços e compras, conforme atualização promovida pelo Decreto Federal nº 11.871/2023.

1.4. As quantidades e os valores estimados para a contratação são os seguintes:

Item	Descrição do Serviço	Unid.	Qtd.	Valor Unit. Mensal (R\$)	Valor Global (R\$)
1	Serviços de assessoria técnico-administrativa para lançamento sistêmico dos registros de manutenção da frota de veículos municipais no SICOM, com geração e disponibilização mensal do arquivo CVC, em conformidade com as exigências dos órgãos de controle estadual (TCE/MG e SEF/MG).	Mês	12	R\$1.785,64	R\$21.427,68



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

1.5. O valor estimado total da contratação é de R\$21.427,68 (Vinte e Um mil quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos), correspondente à prestação dos serviços pelo período de 12 (doze) meses.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas nos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação para a Administração.

14

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperiosa do Município de Comendador Gomes/MG de manter atualizados e sistematizados os registros de manutenção dos veículos integrantes de sua frota pública no Sistema de Controle Municipal (SICOM), conforme exigência da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG) e em consonância com as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

2.2. O SICOM é o sistema oficial de prestação de informações contábeis e financeiras dos municípios mineiros à SEF/MG e ao TCE/MG. Dentre os módulos que o compõem, destaca-se o arquivo CVC (Controle de Veículos e Combustíveis), que deve ser alimentado mensalmente com todos os registros de manutenção da frota municipal, sob pena de inconsistência nas prestações de contas e eventual responsabilização dos gestores municipais.

2.3. O Setor de Trânsito e Transportes do Município não dispõe, em seu quadro funcional atual, de servidor com especialização técnica específica para a operação do módulo de frota do SICOM, a geração do arquivo CVC e o cumprimento dos prazos de envio. Diante disso, a terceirização desse serviço configura a solução mais eficiente, economicamente vantajosa e tecnicamente adequada para garantir o cumprimento regular das obrigações impostas ao Município.

2.4. A contratação atende aos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, que demonstra a viabilidade técnica e financeira da solução adotada.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de assessoria, consultoria e suporte operacional ao Setor Municipal de Trânsito, visando o aprimoramento da gestão administrativa, operacional e procedimental das atividades relacionadas ao trânsito municipal, com atendimento híbrido, de forma remota e presencial, conforme necessidade da Administração.

3.2. A solução contratada abrangerá, no mínimo, a execução das seguintes atividades:





## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

**I - Atendimento técnico consultivo remoto contínuo:** prestação de suporte técnico especializado por meios eletrônicos oficiais, incluindo telefone, correio eletrônico, aplicativos de comunicação institucional e videoconferência, para esclarecimento de dúvidas, orientações administrativas, operacionais e procedimentais relacionadas às atividades do Setor Municipal de Trânsito;

**II - Atendimento técnico presencial sob demanda:** realização de visitas técnicas presenciais nas dependências do Município, sempre que formalmente solicitado pela Administração, para acompanhamento de demandas específicas, suporte operacional, orientação direta aos servidores, reuniões técnicas, adequação de procedimentos e apoio em situações que exijam atuação presencial;

**III - Diagnóstico e acompanhamento técnico do setor:** análise periódica das rotinas administrativas, operacionais e procedimentais do Setor de Trânsito, com identificação de falhas, inconsistências, necessidades de adequação e proposição de melhorias visando maior eficiência administrativa e operacional;

**IV - Apoio na organização administrativa e procedimental:** orientação técnica para estruturação, revisão e padronização de fluxos internos, controles administrativos, rotinas operacionais, registros documentais e procedimentos inerentes às atividades do setor;

**V - Orientação técnica aos servidores municipais:** prestação de suporte técnico contínuo aos servidores vinculados ao setor, mediante orientações práticas e consultivas para adequada execução das atividades administrativas e operacionais;

**VI - Apoio à adequação normativa e procedimental:** assessoria técnica voltada à adequação dos procedimentos administrativos do setor às normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis às atividades de trânsito municipal;

**VII - Emissão de relatórios técnicos mensais:** elaboração e apresentação de relatório mensal contendo o registro das atividades executadas, atendimentos realizados, orientações prestadas, visitas técnicas efetuadas, demandas atendidas e recomendações técnicas para melhoria da gestão do setor.

3.3. A execução dos serviços ocorrerá em regime híbrido, mediante atendimento remoto contínuo e atendimento presencial sob demanda da Administração Municipal, observados os prazos de resposta, cronogramas operacionais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.4. Os atendimentos presenciais poderão ocorrer mediante solicitação formal da Administração, sempre que a complexidade, urgência ou natureza da demanda exigir acompanhamento técnico presencial, sem prejuízo da prestação contínua do suporte remoto.

3.5. Os serviços serão executados sem vínculo de subordinação funcional entre os profissionais da contratada e a Administração Municipal, caracterizando-se como prestação de serviços técnicos especializados, sem dedicação exclusiva de mão de obra.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Requisitos de Habilitação

Para fins de comprovação da regularidade e da capacidade da empresa a ser contratada, deverão ser apresentados os seguintes documentos, em conformidade com o art. 62 da Lei nº 14.133/2021:

I - Habilitação Jurídica: ato constitutivo atualizado (contrato social ou estatuto), devidamente registrado no órgão competente, demonstrando compatibilidade entre as atividades da empresa e o objeto da contratação;

II - Regularidade Fiscal e Trabalhista: certidões negativas (ou positivas com efeito de negativa) de débitos perante a Receita Federal, a Fazenda Estadual, a Fazenda Municipal do domicílio da empresa, o FGTS e a Justiça do Trabalho (CNDT);

III - Qualificação Econômico-Financeira: certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

##### 4.2. Requisitos Técnicos

I - Comprovação de aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a prestação de serviços de assessoria ou operacionalização de sistemas municipais (SICOM ou sistemas equivalentes);

II - Declaração de que dispõe de profissional habilitado e com conhecimento técnico do SICOM para execução dos serviços, assumindo a responsabilidade pela qualidade e tempestividade das entregas.

##### 4.3. Requisitos de Execução e Qualidade

I - Os serviços deverão ser executados com rigorosa observância dos prazos estabelecidos, sendo vedada a entrega do arquivo CVC com dados incompletos ou inválidos;

II - A empresa contratada deverá comunicar ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, qualquer impedimento ao cumprimento dos prazos pactuados;

III - As correções de inconsistências identificadas pelo fiscal do contrato deverão ser realizadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração;

IV - A empresa contratada deverá guardar sigilo e confidencialidade sobre todas as informações acessadas no exercício de suas atividades, respondendo civil e penalmente por eventuais violações.

#### 5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Município de Comendador Gomes/MG, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual exercerá as funções de gestor e fiscal do contrato.

5.2. Ao fiscal do contrato caberá: acompanhar a regularidade e a tempestividade das entregas mensais; verificar a conformidade do



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

arquivo CVC gerado com as exigências do SICOM; atestar as notas fiscais para fins de pagamento; e registrar em relatório as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

5.3. O início da prestação dos serviços dar-se-á no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato ou do recebimento da Ordem de Serviço, o que ocorrer primeiro.

5.4. O Município providenciará o fornecimento das informações de manutenção necessárias ao lançamento no SICOM até o 5º (quinto) dia útil após o fechamento contábil mensal, sendo o prazo de entrega do arquivo CVC pela contratada contado a partir de então.

5.5. A execução do objeto ocorrerá de forma **híbrida**, compreendendo atendimento técnico **remoto contínuo** e atendimento **presencial sob demanda**, conforme a necessidade da Administração Municipal, visando garantir suporte técnico eficiente, contínuo e adequado às demandas do Setor Municipal de Trânsito.

5.6. **Atendimento Remoto:** A contratada deverá disponibilizar atendimento técnico consultivo remoto, em dias úteis e horário comercial, por meios de comunicação oficiais previamente definidos entre as partes, tais como:

I - telefone;

II - correio eletrônico (e-mail);

III - aplicativo de mensagens instantâneas institucional;

IV - videoconferência;

V - outros meios eletrônicos compatíveis com a necessidade administrativa.

5.7. O atendimento remoto compreenderá suporte técnico para:

I - esclarecimento de dúvidas operacionais, administrativas e procedimentais;

II - orientação técnica aos servidores municipais;

III - apoio consultivo para organização das rotinas do setor;

IV - análise e direcionamento de demandas administrativas relacionadas ao trânsito municipal;

V - emissão de orientações técnicas e pareceres simplificados quando necessários;

VI - suporte para adequação de procedimentos internos às normas aplicáveis.

5.8. **Atendimento Presencial:** A contratada deverá realizar atendimento técnico presencial nas dependências do Município sempre que formalmente solicitado pela Administração, especialmente quando a natureza da demanda exigir atuação in loco para melhor execução do objeto.

5.9. O atendimento presencial poderá ocorrer **para:**

I - acompanhamento técnico de atividades operacionais do setor;

II - reorganização de fluxos administrativos;

III - orientação direta aos servidores municipais;

IV - apoio técnico em demandas urgentes ou excepcionais;



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

- V - avaliação técnica de procedimentos internos;
- VI - proposição de melhorias operacionais e administrativas;
- VII - reuniões técnicas com gestores e servidores.

5.10. Além dos atendimentos sob demanda, a contratada deverá realizar **visita técnica presencial periódica mínima de 01 (uma) visita mensal**, em data previamente ajustada com a Administração, para acompanhamento da execução contratual, avaliação das demandas em andamento e suporte técnico presencial, podendo ser requisitado mais visitas mensais visando suprir a demanda e necessidade.

5.11. **Prazos de Atendimento:** A contratada deverá observar os seguintes prazos máximos de resposta:

- I - demandas ordinárias: resposta inicial em até **24 (vinte e quatro) horas úteis**;
- II - demandas urgentes devidamente justificadas pela Administração: resposta inicial em até **04 (quatro) horas úteis**.

5.12. Todas as demandas encaminhadas pela Administração poderão ser formalizadas por meio **eletrônico**, devendo a contratada manter controle e registro dos atendimentos realizados.

5.13. **Relatórios de Execução:** A contratada deverá apresentar relatório mensal de execução contendo, no mínimo:

- I - descrição dos atendimentos remotos realizados;
- II - registro das visitas presenciais realizadas;
- III - demandas atendidas no período;
- IV - orientações técnicas prestadas;
- V - pendências eventualmente identificadas;
- VI - recomendações de melhorias administrativas e operacionais.

5.14. A execução dos serviços ocorrerá sem vínculo de subordinação funcional entre os profissionais da contratada e a Administração Municipal, caracterizando-se como prestação de serviços técnicos especializados, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

5.15. O **acompanhamento** e fiscalização da execução contratual serão realizados por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Contratante:

- I - Fornecer à Contratada, em prazo hábil, todos os dados, documentos e registros de manutenção da frota necessários à execução mensal dos serviços;
- II - Designar servidor municipal como gestor e fiscal do contrato, com competência para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- III - Garantir o acesso da Contratada ao SICOM, por meio de credenciais específicas, de acordo com os perfis de acesso necessários à execução dos serviços;



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

IV - Comunicar à Contratada, de forma tempestiva, quaisquer alterações nos procedimentos de fechamento contábil que possam impactar os prazos de execução;

V - Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

VI - Notificar a Contratada, por escrito, sobre irregularidades ou descumprimentos verificados na execução do contrato, concedendo prazo para regularização;

VII - Aplicar as sanções administrativas cabíveis, garantida a prévia defesa, nos casos de descumprimento das obrigações contratuais.

#### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

##### 7.1. São obrigações da Contratada:

I - Executar os serviços contratados com observância dos prazos, parâmetros técnicos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

II - Designar profissional responsável pela execução dos serviços, com conhecimento técnico comprovado do SICOM, mantendo-o disponível durante toda a vigência contratual;

III - Entregar mensalmente o arquivo CVC devidamente gerado e validado, acompanhado de relatório sintético de execução, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o fechamento contábil mensal;

IV - Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de seleção, comunicando imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer a regularidade da empresa;

V - Guardar absoluto sigilo sobre as informações, dados e documentos acessados no exercício das atividades contratadas, sob pena das sanções previstas em lei;

VI - Comunicar ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, qualquer impossibilidade de cumprimento dos prazos pactuados, acompanhada de justificativa e proposta de solução;

VII - Realizar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e sem ônus para a Administração, as correções de inconsistências identificadas pelo fiscal do contrato no arquivo CVC entregue;

VIII - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

IX - Atender prontamente às diligências e solicitações do fiscal do contrato;

X - Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto.





## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### 8. GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1. O contrato administrativo decorrente deste procedimento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas no instrumento contratual, neste Termo de Referência e nas disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **servidor especialmente designado pela Administração**, que atuará como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas.

8.3. Compete ao fiscal do contrato:

- acompanhar a execução do objeto contratado;
- verificar a qualidade e a conformidade dos uniformes fornecidos;
- registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades verificadas durante a execução do contrato;
- solicitar à contratada a correção de falhas ou irregularidades identificadas.

8.4. A gestão do contrato será exercida por servidor designado pela Administração, que terá a responsabilidade de **coordenar, supervisionar e adotar as providências administrativas necessárias para a adequada execução contratual**, incluindo o acompanhamento da vigência do contrato, a análise de eventuais solicitações de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro e a verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada.

8.5. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer **preferencialmente por escrito**, podendo ser realizadas por meio físico ou eletrônico, de forma a garantir a formalização e o adequado registro das informações relacionadas à execução do contrato.

8.6. Em caso de impedimento, paralisação ou qualquer situação que possa comprometer a execução do contrato, a Administração poderá adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade do fornecimento, observando as disposições legais aplicáveis.

8.7. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para reuniões de acompanhamento da execução contratual, quando necessário, com o objetivo de alinhar procedimentos, esclarecer dúvidas e garantir o cumprimento adequado das obrigações assumidas.

8.8. A gestão e fiscalização do contrato deverão observar os princípios da **legalidade, eficiência, transparência e interesse público**, assegurando o adequado acompanhamento da execução contratual e a correta aplicação dos recursos públicos.

8.9. O gestor do contrato Sr Bruno Martins Assunção deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, na valoração e gestão nos termos do contrato.





## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

**8.10.** Para esta contratação a fiscalização será exercida por **Iza Santos Tavares** para exercer a função de Fiscal de Contrato, sob a Lei Federal nº 14.133/2021.

21

## **9. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Do Recebimento**

**9.1.1.** O objeto da contratação será recebido pelo servidor designado como fiscal do contrato, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação da conformidade dos serviços executados com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.1.2. Recebimento Provisório:** O recebimento provisório ocorrerá mensalmente, mediante a apresentação, pela contratada, do relatório de execução das atividades desenvolvidas no período, contendo a comprovação dos atendimentos remotos realizados, atendimentos presenciais executados, orientações técnicas prestadas e demais atividades correlatas previstas contratualmente.

**9.1.2.1.** O recebimento provisório terá por finalidade a conferência preliminar da execução dos serviços, não implicando aceitação definitiva do objeto.

**9.1.3. Recebimento Definitivo:** O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da efetiva execução dos serviços contratados, da conformidade das atividades desenvolvidas com as exigências deste instrumento e da validação pelo fiscal do contrato, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento provisório.

**9.1.3.1.** Serão considerados para fins de recebimento definitivo:

I - cumprimento dos atendimentos remotos solicitados pela Administração;

II - realização dos atendimentos presenciais programados e/ou demandados;

III - observância dos prazos de resposta estabelecidos contratualmente;

IV - entrega do relatório mensal de execução;

V - qualidade técnica das orientações e suporte prestado;

VI - atendimento integral das obrigações contratuais.

**9.1.4.** Verificada qualquer inconsistência, insuficiência, falha na execução ou descumprimento das obrigações contratuais, a contratada será formalmente notificada para promover a regularização no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**9.1.5.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade técnica dos serviços prestados, nem afasta sua responsabilidade civil, administrativa ou contratual por eventuais



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

falhas identificadas posteriormente.

#### 9.2. Do Reajuste e do Reequilíbrio

9.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

9.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante do **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC**.

9.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.2.9. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio, seguindo sempre o que determina a Lei.

#### 9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

23

**9.3.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**9.3.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.6.** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.3.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.3.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.3.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.3.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

#### **9.4. Prazo de pagamento e forma de pagamento**

**9.4.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**9.4.2.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.4.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.4.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

prevista na legislação aplicável.

#### 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**10.1.** O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de **dispensa de licitação em razão do valor, de forma eletrônica**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação está dentro dos limites legais estabelecidos para esta modalidade.

**10.2.** Todos os atos do procedimento de contratação direta, bem como a respectiva ratificação e publicação do extrato, serão formalizados e instruídos nos termos dos arts. 72, 75 da Lei nº 14.133/2021, garantindo plena conformidade legal, transparência e controle pelos órgãos competentes

**10.3.** A empresa deverá comprovar suas Condições de **PROPOSTA e HABILITAÇÃO**, devendo ainda apresentar ainda os documentos abaixo apresentados.

**10.4.** **PROPOSTA** compatível com preços de mercado, devidamente apresentada para abordar a contratação objeto deste instrumento, em papel timbrado, com valores unitários, globais, local, data e assinatura pelo representante legal.

**10.5.** Apresentação de requisitos de **HABILITAÇÃO**, com fornecimento dos documentos constantes no art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21, os quais serão especificados pelo Pregoeiro no Edital de convocação.

#### 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, a Contratada ficará sujeita, garantida a prévia defesa, às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis, conforme a seguir:

I - Advertência: para descumprimentos leves que não causem prejuízo ao erário ou às obrigações de prestação de contas;

II - Multa moratória: de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela mensal, até o limite de 10% (dez por cento), nos casos de descumprimento dos prazos de entrega;

III - Multa compensatória: de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;

IV - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública: pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos de descumprimento grave das obrigações contratuais;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: nos casos previstos no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.** As multas poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante, ou cobradas administrativamente ou judicialmente.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, ou em dotações correlatas que venham a ser abertas para essa finalidade:

25

Unidade Orçamentária	Setor de Administração
Elemento de Despesa	3.3.90.35.0000 -Serviços de Consultoria
Ficha	02.01.07.01.04.122.0002.11.2.020.3.3.90.35.00.00
Fonte de Recursos	1500

12.2. A adequação orçamentária será comprovada mediante emissão de nota de reserva de dotação pelo Setor de Contabilidade do Município, previamente à assinatura do contrato.

#### 13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

#### 15. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

15.1. Integra esta demanda formalizada por meio do Termo de Referência a Secretaria Municipal de Administração.

Comendador Gomes/MG, 12 de maio de 2026.

Camilla Silva Teixeira  
Encarregada da Coord. Municipal de Administração

Marciene Silva de Castro  
Assistente Administrativa







## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

Assinatura do Responsável

ANEXO - III

(MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR)

27

A ..... empresa  
....., inscrita no CNPJ n.º  
....., representada por  
....., declara,  
sob as penas da Lei que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16  
(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz,  
a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art.  
7.º da Constituição Federal.

CIDADE/UF, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome do representante legal/contratual da empresa) OBSERVAÇÃO: Este  
documento deverá ser obrigatoriamente preenchido em papel timbrado da  
licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### ANEXO IV

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9/2026

(DADOS PARA ASSINATURA PARA ASSINATURA DO CONTRATO)

28

A

Prefeitura Municipal de Comendador Gomes/MG

Ref.: Dispensa nº 9/2026

**Objeto:** REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS DE serviços de ASSESSORIA, TECNICO PARA LANÇAMENTO SISTEMICO DOS REGISTROS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO NO SISTEMA DE CONTROLE MUNICIPAL (SICOM) COM GERAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO MENSAL DO ARQUIVO POR UM PERIODO DE 12 MESES.

[NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável CPF:



## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

[www.comendadorgomes.mg.gov.br](http://www.comendadorgomes.mg.gov.br)

[licita@comendadorgomes.mg.gov.br](mailto:licita@comendadorgomes.mg.gov.br)

CNPJ: 18.449.173/0001-57

#### ANEXO V

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9/2026

(DECLARAÇÃO DE PARENTESCO)

29

A

Prefeitura Municipal de Comendador Gomes/MG

Ref.: Dispensa Eletrônica nº 9/2026

Objeto: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS DE serviços de ASSESSORIA, TECNICO PARA LANÇAMENTO SISTEMICO DOS REGISTROS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO NO SISTEMA DE CONTROLE MUNICIPAL (SICOM) COM GERAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO MENSAL DO ARQUIVO POR UM PERIODO DE 12 MESES.

[NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NA QUALIDADE DE PROPONENTE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SOB A MODALIDADE DISPENSA ELETRONICA INSTAURADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES/MG, NÃO POSSUIR CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTES E NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES/MG,

Por ser verdade, firmamos o presente.

xxxxx - MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

CPF: